



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS
CNCD LGBT**

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

21 e 22 DE NOVEMBRO DE 2011

ATA

1 Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e onze, no
2 Auditório do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
3 República, reuniu-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção
4 dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT,
5 em sua 6ª Reunião Ordinária, sob a presidência do Sr. Ramaís de Castro Silveira –
6 *Presidente do CNCD/LGBT. Presentes:* Sra. Irina Bacci – *Vice-Presidenta do*
7 *CNCD/LGBT;* o Sr. Igo Matini – *Secretário Executivo do CNCD/LGBT;* o Sr. Carlos
8 Alberto Monteiro Alves – *Representante Titular da Central de Movimentos*
9 *Populares/CMP/RJ;* a Sra. Rafaelly Wiest - *Representante Suplente da Associação*
10 *Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT;* o Sr.
11 Carlos Eduardo da Cunha Oliveira – *Representante do Ministério das Relações*
12 *Exteriores – MME;* o Sr. Sérgio Sepúlveda – *Representante do Ministério do*
13 *Trabalho e Emprego/MTE;* o Sr. Toni Reis – *Representante Titular da Associação*
14 *Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT;* o Sr.
15 Leandro Colling – *Representante Titular da Associação Brasileira de Estudos da*
16 *Homocultura – ABEH;* o Sr. Francisco Antônio de Souza Brito – *Representante*
17 *Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS;* o Sr.
18 Fábio Meireles – *Representante Titular do Ministério da Educação/MEC;* a Sra. Keila
19 Simpson – *Representante Titular da ABGLBT;* a Sra. Yone Lindgren –
20 *Representante Titular da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais,*
21 *Travestis e Transexuais – ABGLT;* a Sra. Janaína Oliveira – *Representante Titular*
22 *da Rede de Negras e Negros LGBT;* a Sra. Marinalva Santana – *Representante*
23 *Titular da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL;* a Sra. Lohren Beauty – *Representante*
24 *Titular do Grupo E-Jovem;* o Sr. Zezinho Prado – *Representante Titular da*

25 *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; o Sr. Chopelly*
26 *Glaudystton Pereira dos Santos – Representante Titular da Articulação Nacional de*
27 *Travestis e Transexuais – ANTRA; a Sra. Ana Gabriela Nascimento Sena –*
28 *Representante suplente do Ministério da Saúde; o Sr. Vinícius Alves da Silva –*
29 *Representante Suplente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais,*
30 *Travestis e Transexuais – ABGLT; o Sr. Gustavo Bernardes – Coordenador Geral de*
31 *Promoção dos Direitos de LGBT; Jovanna Baby – Representante Titular da*
32 *Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros/ANTRA; Sra. Thaís*
33 *Borges da Silva Pinho Werneck – Representante Titular do Ministério da*
34 *Cultura/MinC; Sra. Zora Yonara Torres Costa – Suplente do Ministério do*
35 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS; Sr. Milton Santos – suplente da*
36 *Rede de Negras e Negros LGBT – Rede Afro LGBT; Sr. Eduardo Gomor – Suplente*
37 *do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG; Sra. Joana Zylbersztajn*
38 *– Secretária-Geral da Presidência da República/SG/PR; Sra. Ângela Cristina Casal*
39 *Regasso – Titular do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; Sra. Ivanilda*
40 *Figueiredo – Chefe de Gabinete da Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos*
41 *da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR; Sr.*
42 *Marcelo Veiga – titular do Ministério da Justiça/MJ; Sra. Elizabeth Saar de Freitas –*
43 *titular da Secretaria de Política para Mulheres/SPM/PR; Sr. Otávio Chamorro –*
44 *suplente do Ministério da Justiça/MJ; Sr. Pedro Prata – titular da Secretaria-Geral da*
45 *Presidência da República/SG/PR; Sr. Marcos William – titular Secretaria de Políticas*
46 *de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República/SEPPIR/PR; Sra.*
47 *Priscila Cavalcante Grintzos – titular do Ministério do Turismo/MTur; Sra. Janete*
48 *Costa Santana – suplente da Central Única dos Trabalhadores/CUT; Sra. Kátia*
49 *Maria Barreto Souto – Titular do Ministério da Saúde/MS; Sra. Maria do Rosário de*
50 *Holanda Cunha Cardoso – Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e*
51 *Gestão/MPOG; Sra. Keila Simpson – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,*
52 *Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; Sra. Bruna Vieira de Paula – Suplente*
53 *do Ministério das Relações Exteriores/MRE; Sra. Rose Mary Oliveira – Titular do*
54 *Ministério da Previdência Social/MPS; Sra. Tathiane Araújo – suplente da*
55 *Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros/ANTRA; Sr. Julian*
56 *Vicente Rodrigues – suplente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,*
57 *Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; Sr. Djalma Thürler – suplente da*
58 *Associação Brasileira de Estudos da Homocultura/ABEH; Sr. Guilherme Alves –*
59 *Assessoria Técnica do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção*
60 *dos Direitos de LGBT; Sra. Nadine Borges – Secretária Nacional de Promoção dos*

61 *Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.*
62 **Abertura.** A Vice-Presidenta, Conselheira Irina Bacci, solicitou inversão de pauta,
63 remetendo para o momento inicial a aprovação das atas. Todavia, o Secretário-
64 Executivo Igo Martini solicitou que a pauta fosse mantida, considerando que a
65 Secretária Nacional Nadine Borges se retiraria e, de imediato, passou a palavra à
66 mesma, que cumprimentou a todas e a todos e destacou a realização da 3ª
67 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Informou que: em parceria com
68 a Rede Globo de Televisão, seria veiculada campanha de combate a homofobia e
69 de divulgação do Disque Direitos Humanos (Disque 100); comunicou que a possível
70 presença no segundo dia de reunião a Secretária Nacional de Segurança Pública do
71 Ministério da Justiça, Sra. Regina Miki; a Secretária relatou o seguinte: realização de
72 reunião com a Diretora do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da
73 Educação para tratar dos materiais voltados ao público LGBT projeto “Escola Sem
74 Homofobia”; que a Senhora Ministra Maria do Rosário Nunes planeja realizar uma
75 grande campanha de promoção dos direitos de LGBT para 2012; encontrava-se em
76 articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
77 Superior/CAPEs, a fim de fomentar pesquisas específicas na área da diversidade
78 sexual - LGBT; a Senhora Ministra Maria do Rosário Nunes assinaria termo de
79 cooperação com os Correios a fim de promover ações positivas em prol da
80 população LGBT. Por fim, informou a elaboração de uma revista temática da SDH a
81 ser distribuída na 2ª CNLGBT e a participação de alguns conselheiros do CNCD
82 para a sua elaboração, também informou que a revista terá continuidade com a
83 publicação de outras edições. Ato contínuo, o Presidente Ramaís de Castro Silveira
84 assumiu a coordenação dos trabalhos e solicitou posicionamento das e dos demais
85 conselheiras e conselheiros acerca de fala proferida por ele em defesa da
86 criminalização da homofobia em cerimônia de abertura da 2ª Conferência Estadual
87 dos Direitos de LGBT do Estado do Rio de Janeiro. Ao passo que o Conselheiro Toni
88 Reis pontuou que entendeu a posição afirmativa da SDH contra a violência
89 homofóbica e em favor da criminalização da homofobia. Na sequência, apresentou
90 os dois novos conselheiros do CNCD/LGBT, o Conselheiro Gustavo Bernardes,
91 Suplente da SDH, e o Conselheiro Otávio Chamorro, Representante do Ministério da
92 Justiça. Em seguida, o Sr. Igo Martini informou que o Sr. Guilherme Alves era o
93 Coordenador-Geral substituto do CNCD. **Aprovação das Atas da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª**
94 **Reuniões Ordinárias e da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho.** Colocadas
95 em apreciação e não havendo manifestação, as mesmas foram aprovadas.
96 **Manifestação das conselheiras e dos conselheiros sobre os itens de pauta.** O

97 Secretário-Executivo sugeriu, a partir de proposição dos conselheiros
98 governamentais, a apresentação do PPA 2012-2015. O Conselheiro Julian Vicente
99 Rodrigues sugeriu como ponto de pauta: o balanço das conferências estaduais; a
100 Lei de Diretrizes Orçamentárias/LOA; proposta de regulamento da Conferência. A
101 Conselheira Marinalva Santana sugeriu remeter para o dia seguinte o cronograma e
102 a agenda política para 2012. O Conselheiro Toni Reis sugeriu a discussão da
103 Campanha e o Termo de Cooperação Técnica anteriormente citados pela Secretária
104 Nadine Borges ainda naquela reunião. A Vice-Presidenta sugeriu definir a data da 7ª
105 Reunião Ordinária do Conselho na pauta cronograma e a agenda política para 2012,
106 com o objetivo de discutir o restante do cronograma e da agenda política na próxima
107 reunião sugerida. O Sr. Guilherme Alves informou que a sugestão para a próxima
108 reunião era ou 6 e 7 de fevereiro, ou 28 e 29 do mesmo mês. Com isso, o Conselho
109 definiu as datas de 28 e 29, terça e quarta-feira respectivamente do mês de
110 fevereiro. A Conselheira Marinalva Santana sugeriu informes sobre a reunião tida
111 com o Secretário-Geral da Presidência da República, Ministro Gilberto Carvalho. O
112 Secretário Ramaís de Castro Silveira enumerou os itens de pauta propostos que foi
113 aprovada por unanimidade. Em seguida passou de imediato às considerações do
114 Primeiro item. **Informes da Mesa Diretora, das Conselheiras e Conselheiros.** A
115 Conselheira Joana Zylbersztajn informou que: sobre o PLC 122/2006, a Ministra Ideli
116 Salvatti concordou com a audiência com o Conselho, porém ainda não havia
117 definição de data; com relação ao contra gesto da Presidente Dilma Rousseff ainda
118 não tinha posição, aguardavam reunião entre o Ministro Gilberto Carvalho e a
119 Presidenta Dilma, para mais informações. O Conselheiro Marcos William informou
120 que devido a episódios de discriminação racial na segurança privada foi feita
121 proposta de adequação da portaria da Polícia Federal que cuidava da formação da
122 segurança no sentido de incluir a questão racial, a formação e também a partir da
123 alteração, incluir a questão LGBT e enfrentamento e a violência contra a mulher. O
124 Conselheiro Gustavo Bernardes informou que a Coordenação-Geral de Promoção
125 dos Direitos LGBT acompanhou o desaparecimento da transexual Talita
126 (componente da ONG Anave Trans do DF) em Goiânia e solicitou para o delegado
127 de polícia Dr. Antônio Carlos e da delegada Adriana do departamento de pessoas
128 desaparecidas todo empenho na busca da Talita. Ela foi encontrada no final de
129 semana anterior àquela reunião, estava em um hospital de doenças tropicais de
130 Goiânia, havia sido espancada e estava com neurotoxoplasmose, porém já havia
131 recebido alta. Informou ainda que o governo brasileiro assinou com o governo da
132 Colômbia um termo de cooperação na área LGBT. Em seguida distribuiu cópia do

133 referido termo aos conselheiros. A Conselheira Ana Gabriela Nascimento Sena
134 informou que a Política LGBT seria discutida ainda na semana corrente na Comissão
135 Intergestora Tripartite. A Conselheira Marinalva Santana informou que encontrava
136 dificuldade no financiamento da delegação do Piauí para a Conferência Nacional,
137 visto que o governo disponibilizava orçamento apenas para seis pessoas num
138 universo de 16 delegadas e delegados, todavia, a situação já tinha sido revertida. A
139 Conselheira Rafaelly Wiest informou que dia 18 de novembro, via articulação da
140 ANTRA e da ABGLT, em conjunto com o Grupo de Trabalho do Ministério da
141 Educação/MEC, foi assinada a portaria que regulamentava o uso do nome social
142 para servidores que tinham vínculo direto e indireto com o MEC. A Conselheira
143 Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos solicitou a resposta dos e-mails dos
144 Ministérios, com o objetivo de finalizar o relatório do 18º Encontro Nacional de
145 Travestis e Transexuais e as demandas do encontro nacional para o campo federal.
146 Denunciou que o segmento das Travestis e Transexuais fora impedido de participar
147 da Conferência Nacional de Mulheres. O Conselheiro Toni Reis propôs que o
148 Conselho discutisse o marco regulatório das ONGs. O Conselheiro Carlos Alberto
149 Monteiro Alves informou que realizou-se no dia 18 de outubro de 2011 no Rio de
150 Janeiro, após uma longa articulação em contato com o movimento LGBT do estado
151 do Rio, um Seminário de Saúde da População LGBT que provavelmente
152 desdobraria em uma caravana percorrendo todos os municípios e regiões do estado,
153 sensibilizando não só profissionais de saúde, gestores municipais, trabalhadores da
154 saúde, como também os Conselhos. Que realizar-se-ia Seminário da População
155 LGBT no dia 18 de dezembro do ano corrente no Estado do Rio de Janeiro. Felicitou
156 o governo federal pela sanção da Comissão da Verdade. Ponderou que era preciso
157 haver algum espaço na agenda política de debate da Comissão da Verdade, de
158 reparações para a população LGBT que foi criminalizada, presa, humilhada,
159 impedida de trabalhar, principalmente, as transexuais e travestis nos anos de
160 ditadura militar. O conselheiro Milton Santos informou que aconteceu em Salvador o
161 encontro Ibero-Americano, com a presença da Presidenta da República. A
162 Conselheira Joana Zylbersztajn informou que conseguiu agenda com a Ministra Ideli,
163 na quarta-feira da semana seguinte às 17h00. A Vice-Presidenta Irina Bacci
164 informou que no dia 16 de outubro a Frente Parlamentar Evangélica apresentou
165 PEC com proposta de emenda constitucional, nº 99/2011 que alterava o artigo 103
166 da Constituição Federal, que daria poderes às associações religiosas de propor
167 ação de inconstitucionalidade e de constitucionalidade à Constituição Federal.
168 Sugeriu que a Câmara Técnica de Legislação fizesse um pequeno grupo de trabalho

169 para discutir as questões da intervenção das consequências da PEC para o país,
170 para a Constituição Federal, enfim, à violação do estado laico e o teor de uma nota
171 pública sobre a organização do fundamentalismo, a violação do estado laico e
172 cobrando um posicionamento do governo federal em relação a isso. E sugeriu
173 manifestação do Conselho, uma nota de repúdio, à manifestação arbitrária,
174 autoritária do Pastor Evangélico Silas Malafaia e à Proposta de Emenda
175 Constitucional 99. Agradeceu ao Sr. Jeferson Araújo, Assessor Técnico do CNCD
176 pelos esforços demandados ao Conselho. O Conselheiro Carlos Alberto Monteiro
177 Alves defendeu denúncia na OEA contra igrejas e governos que denigriam a religião
178 afrodescendente. A conselheira Jovanna Baby informou que o Prefeito da cidade de
179 Petrolina em Pernambuco determinou através de decreto que travestis e transexuais
180 não seriam barrados nos banheiros femininos da cidade. **Deliberações e**
181 **Apresentações da Comissão Organizadora da 2ª Conferência Nacional LGBT.**
182 **Subcomissão de Conteúdo e Relatoria.** O Conselheiro Julian Vicente Rodrigues
183 ponderou que a metodologia da conferência Nacional tinha muito a ver com a
184 avaliação das conferências estaduais, por isso fez pedido que fizessem avaliação
185 das estaduais no início da reunião, pois uma das avaliações das conferências
186 estaduais foi que não se conseguiu fazer uma metodologia que ficasse muito clara
187 nos estados, qual que era o produto esperado da conferência e como deveria ser
188 feita tanto a discussão dos estados, quanto a discussão da etapa nacional. Lembrou
189 que tiveram problema com o texto base que não chegou em vários estados, quase
190 10 conferências não tinham o texto base nacional. O conselheiro lamentou a série
191 de problemas na elaboração do documento base e que o próprio formato do texto
192 acabou não sendo aquilo que talvez fosse esperado pelo pleno do CNCD/LGBT e
193 pelo movimento. Em seguida apresentou a proposta de programação da
194 Conferência. O conselheiro Vinícius Alves da Silva fez um resumo geral da proposta:
195 informou que a metodologia foi dividida em quatro eixos grandes, a agenda
196 legislativa, políticas sociais e a promoção da cidadania para LGBT, políticas de
197 inclusão e enfrentamento à pobreza LGBT, direitos humanos e justiça,
198 enfrentamento à discriminação e homofobia; no dia 15 de novembro de 2011, no
199 primeiro dia, a parte da manhã até à tarde credenciamento, das 15h00 às 17h00 a
200 Plenária inicial, que era a leitura do regulamento; no dia 16 de novembro os
201 trabalhos seriam iniciados às 9h00 com o primeiro painel, que seria o painel da
202 agenda legislativa; O segundo painel começaria às 11h00, que teria o nome
203 Políticas Sociais e a Promoção da Cidadania para LGBTs, que contemplaria o eixo
204 dois; que encerraria os trabalhos da manhã. À tarde iniciaria com o painel três de

205 Políticas de Inclusão e Enfrentamento à Pobreza de LGBT; finalizando o dia, o
206 painel quatro de direitos humanos e justiça, enfrentamento à discriminação e
207 homofobia. O terceiro dia seria priorizado os Grupos de Trabalho: GT número um
208 diria respeito ao eixo um, legislativo e participação social, análise do contexto
209 nacional e internacional, diagnóstico das políticas públicas e pacto federativo para o
210 enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT;
211 GT dois, eixo dois, avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de
212 Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com o diagnóstico de cada
213 ação apresentado pelos Ministérios correspondentes; GT três, eixo três, diretrizes
214 para a formulação e para a implementação de políticas públicas de combate à
215 pobreza da população LGBT. Por derradeiro no terceiro dia de Conferência, Plenária
216 Final. Dada a proposta o secretário executivo abriu a palavras para considerações
217 acerca da proposta. A conselheira Marinalva Santana ponderou que como integrante
218 da Subcomissão de Relatoria e Conteúdo, gostaria de registrar a discordância com
219 relação ao formato apresentado, pois, na verdade, seria mais um momento para
220 inocuidades, porque Ministros não iriam aparecer. Ponderou que era preciso que
221 não se iludissem, pois era final de ano e quem trabalhava em órgão público sabia
222 exatamente que estava todo mundo correndo para resolver as pendengas que havia
223 no final de ano. O máximo que poderiam esperar era uma assessoria representando
224 cada Ministro que ficaria em uma saia justa, pois nada dependia dele. Destacou
225 ainda que perderiam uma oportunidade ímpar de fazer um debate qualificado, dando
226 mais espaço para a academia, para quem tinha acúmulo e para quem pudesse
227 suscitar o debate e subsidiar as e os conferencista, porque quem participou das
228 conferências sabia que era sofrido o nível de compreensão. Opinou que deveria ser
229 debates mais enxutos que daria mais voz a quem estava pesquisando para
230 fomentar, para suscitar o debate e ao mesmo tempo subsidiar os delegados e
231 delegadas que vinham com o nível de compreensão às vezes rasteiro ou
232 equivocado. Palavras corroboradas pela conselheira Joana Zylbersztajn, que
233 complementou dizendo que entendia que a conferência, não era um espaço de
234 prestação de contas, e sim um espaço de debate e diálogo entre governo e
235 sociedade civil para a negociação de políticas públicas e não uma sabatina.
236 Ponderou que isso não funciona em uma conferência. Da maneira extensa como
237 estavam expostos os painéis seria um dia inteiro de conferência em que só haveria
238 falas das mesas e conseqüentemente iriam pessoas do Brasil inteiro que não teriam
239 oportunidade de se manifestar na conferência. Com relação aos GTs, a
240 representante da Secretaria Geral da Presidência da República, via dois problemas,

241 um, a questão da metodologia, desconsiderar as contribuições dos estados.
242 Lembrou que foi mobilizado o país inteiro, as pessoas participaram, elas seguiram
243 um regimento interno aprovado por aquele Conselho e em cima da hora estavam
244 mudando as regras. Ressaltou que isso significava desvalorizar o sistema de
245 participação proposto pelo próprio governo. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues
246 reiterou que por isso era importante fazer o debate das estaduais antes, pois
247 poderiam constatar que a maioria das conferências estaduais não fez debate das
248 propostas nacionais. Ressaltou que a Subcomissão não fez uma metodologia de
249 padronização de propostas e nem indicação do que queriam que os estados
250 mandassem. O produto não era condizente com o processamento nos grupos.
251 Diante de tantas divergências de opinião acerca da proposta apresentada o
252 conselheiro Julian Vicente Rodrigues ponderou que se não houvesse consenso era
253 necessário deslocar uma Comissão para conversar depois da reunião para tentar
254 fechar uma proposta naquele mesmo dia para ser apresentada e apreciada em
255 plenária na reunião do dia seguinte, pois metodologicamente era impossível fazer
256 naquela Plenária. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto sugeriu que fechassem
257 em três grandes painéis que de fato dessem conta do contexto e da situação
258 nacional que se precisava enfrentar. Um contemplando a Homo, lesbo, transfobia,
259 sexismo, racismo e os direitos LGBT, um segundo contemplando políticas públicas e
260 cidadania LGBT e um terceiro contemplando o legislativo e participação social. A
261 vice-presidenta, Irina Bacci propôs que poderiam dividir um grupo que se ausentaria
262 daquela reunião, contemplando representações tanto da sociedade civil quanto do
263 Governo, juntamente com a Subcomissão de Conteúdo e Relatoria a fim de tentarem
264 produzir uma proposta de programação e os demais permanecessem para pautar a
265 questão da participação de convidados e convidadas, observadores e observadoras,
266 e credenciamento. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues discordou do
267 encaminhamento destacando que a Plenária não deveria ser esvaziada naquele
268 momento. Propôs que continuassem discutindo os outros pontos concernentes à
269 conferência nacional e o grupo se reuniria após aquela reunião ou no dia seguinte
270 para pautar a programação. O que foi consenso. **Participação de convidados,**
271 **convidadas, observadoras e observadoras.** A Vice-Presidenta Irina Bacci
272 informou que a Subcomissão definiu que seria livre a participação de observadoras e
273 observadores; tendo em vista que não seria financiado por recurso público. Com
274 relação aos convidados, o Conselho definiu o quantitativo de 10 nomes por
275 entidades da sociedade civil e que as redes que compunham este, enviassem as
276 indicações até a 23h59m59s de quinta-feira, 24 de novembro do corrente.

277 **Credenciamento.** Marinalva Santana, Vinicius Alves da Silva, Zezinho Prado, Milton
278 Santos, Djalma Thürler, Zora Yonara Torres Costa e Chopelly Glaudystton Pereira
279 dos Santos colaborariam no credenciamento. Em seguida a conselheira Kátia Maria
280 Barreto Souto apresentou a proposta consensuada no grupo retirado para a
281 programação da conferência nacional. Informou que seria três painéis, papel do
282 legislativo e participação social; políticas públicas e direitos LGBT, sendo muito
283 importante a presença do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do
284 Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social; e o último painel contemplando
285 políticas de inclusão social e cidadania LGBT, onde estaria Secretaria de Direitos
286 Humanos, Casa Civil, Ministério da Justiça e Ministério da Cultura. Na sequência a
287 vice-presidenta, Irina Bacci, encerrou os trabalhos daquele dia marcando horário do
288 dia seguinte de plenária para às nove horas da manhã. Retomados os trabalhos no
289 dia seguinte a Vice-Presidenta iniciou os trabalhos questionando se algum
290 conselheiro teria algum informe a dar. A conselheira Jovanna Baby informou que a
291 Comissão de Travestis, Transexuais se reuniram com alguns órgãos do Governo
292 Federal para deliberar sobre o 19º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
293 que seria realizado em Brasília, em julho de 2012. O conselheiro Leandro Colling
294 informou que o 6º Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual
295 de Gênero, que era promovido pela ABEH, seria realizado no dia 1º, 02 e 03 de
296 agosto de 2012 na Universidade Federal da Bahia. O secretário executivo Igo Martini
297 deu continuidade aos trabalhos do segundo dia da 6ª Reunião Ordinária do
298 Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de
299 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, agradeceu as pessoas que
300 estavam acompanhando a reunião pela internet. Falou da parceria histórica que o
301 movimento LGBT vinha mantendo com o Ministério da Saúde pelo Departamento de
302 DST/Aids e Hepatites Virais e agradeceu ao senhor Diretor Dirceu Greco e Eduardo
303 Barbosa pelo apoio. Continuou que devido a essa parceria, estavam realizando a
304 última reunião ordinária do ano, ao vivo, pelo www.aids.gov.br/mediacenter. Após
305 sua fala, passou a condução dos trabalhos à Vice-Presidenta do Conselho, Irina
306 Bacci. A Sra. Irina Bacci cumprimentou a todos e todas, saudou e agradeceu a
307 presença dos ativistas presentes, Fernanda Benvenuti e Márcio Marins (conselheiro
308 do Conselho Nacional de Segurança Pública), que eram do grupo de trabalho da
309 SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e tinha vindo acompanhar a
310 assinatura do termo de cooperação entre a Secretaria de Direitos Humanos,
311 Ministério da Justiça e secretarias estaduais de Segurança Pública. Informou que o
312 primeiro ponto de era a avaliação política das conferências estaduais, para que

313 pudessem se orientar nos encaminhamentos da organização da 2ª Conferência
314 Nacional LGBT. A Sra. Jovanna Baby informou que no dia anterior a Comissão de
315 Travestis, Transexuais se reuniram com alguns órgãos do Governo Federal para
316 deliberar sobre o 19º Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que seria
317 realizado em Brasília, em julho de 2012. O senhor Leandro Colling noticiou a todos
318 que o 6º Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual de
319 Gênero, seria realizado no dia 1º, 02 e 03 de agosto de 2012 na Universidade
320 Federal da Bahia e a chamada de trabalhos seria feita na próxima semana, os
321 interessados em apresentar trabalhos no Congresso teriam o mês de janeiro e
322 fevereiro para submeter os seus trabalhos. Que fariam um evento com o propósito
323 bastante forte de discutir a interface entre Movimento Social LGTB, a Academia e os
324 pesquisadores, que teriam mesas redondas com convidados do Brasil e do exterior
325 para discutir exatamente o tema, os enlaces e o tencionamento entre universidade e
326 movimento social. Informou ainda que estariam divulgando na próxima semana a
327 programação do evento no site da ABEH. A Vice-Presidenta Irina Bacci agradeceu e
328 sem mais nenhum informe, passou para o primeiro ponto de pauta, onde foi
329 solicitada, no dia anterior, a inclusão no início da reunião que seria a avaliação das
330 conferências estaduais. A conselheira Tathiane Araújo propôs inverter a pauta para
331 oportunizar os conselheiros que não haviam chegado. A Vice-Presidenta Irina Bacci
332 esclareceu que não seria possível por haver outros pontos pendentes no aguardo da
333 chegada de algumas pessoas. Colocou que deveriam começar pelo primeiro ponto
334 de pauta, apresentando a nova programação, conforme foi pactuado na reunião
335 anterior. O senhor Otávio Chamorro disse que não poderia fazer uma avaliação
336 política das conferências estaduais que participou, mas falaria dos microcosmos da
337 Conferência Distrital, foram aprovadas cinco propostas prioritárias pelo GT e os GTs
338 seguiram a proposta que foi encaminhada na 5ª reunião do Conselho. Reconhecia
339 pelos relatos que ouviu, não havia acontecido produção qualificada de propostas,
340 mas acreditava que houvesse propostas que saíssem dos estados, para que se
341 pudesse avaliar na nacional. A Vice-Presidenta Irina Bacci explicou que nem todos
342 os estados estavam cumprindo os prazos, que se alguma comissão organizadora
343 estadual estivesse assistindo a reunião, se não enviasse os relatórios não tinham
344 como avaliar o processo da conferência, tão pouco trariam as propostas ou qualquer
345 encaminhamento feito da estadual para a nacional. A conselheira Tathiane Araújo
346 destacou que no dia anterior a Sra. Marinalva Santana colocou a questão do
347 compromisso da pactuação do estado do Piauí na disponibilização do transporte do
348 delegado ou delegada eleita, principalmente da Sociedade Civil, que havia o

349 entendimento em alguns momentos, que o governo desses estados alterasse a
350 proposta, que conseguiram fechar de vez com a Casa Civil, mas que foi uma
351 pactuação pelo que tinham sofrido em 2008, antes mesmo da conferência para não
352 deixar nenhum tipo de angústia para depois. Em relação às falas, o secretário
353 executivo informou que havia acompanhado algumas conferências. Apesar de o
354 contexto ser bem diferente do ano de 2008, onde o clima e a organização eram
355 maiores, fez uma avaliação positiva das conferências de 2011. Apontou problemas
356 no processo das conferências, como no texto-base. Mas ainda assim, os estados
357 fizeram um esforço enorme para discutir o contexto nacional, independente ou não
358 de um texto base, de um texto orientador. Finalizou esclarecendo que a partir do
359 enfrentamento, poderiam propor uma rede de proteção e promoção da cidadania
360 LGBT a partir de todo o contexto, não só da violência homofóbica, mas também da
361 violência homofóbica a partir da exclusão social. A Sra. Marinalva Santana fez uma
362 indagação para o senhor Igo Martini, dos relatórios que haviam chegado, se eles
363 seguiam uma estrutura base ou cada um fez do seu jeito. A outra questão era que
364 participou somente da conferência do Piauí e a do Rio Grande do Sul, inclusive as
365 realidades eram bastante díspares, Indagou sobre o cartaz da conferência, que da
366 2ª Conferência Nacional LGBT, era complicado acessar, que a inscrição de
367 observadores também estava complicada. Pediu que avaliassem a questão da
368 quantidade, pois o inscrito precisava saber sobre o deferimento de sua inscrição,
369 visto que precisava preparar sua passagem, alimentação e hospedagem. O
370 conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves informou que participou da Conferência do
371 Amazonas, que em vários estados houve dificuldade em conseguir quórum. Fizeram
372 um debate político também com uma pauta centrada no estado, não houve tempo
373 para discutir as questões nacionais. Continuou esclarecendo que mesmo nos
374 estados com uma participação pequena, era importante que o movimento LGBT, as
375 entidades presentes e o conselho pudessem garantir a constituição de conselhos
376 municipais, pelo menos nas capitais, O senhor Toni Reis informou que as
377 conferências estaduais era um momento importante, era a questão do tripé da
378 cidadania, que as conferências estaduais focassem mais na questão do pacto
379 federativo, nas políticas públicas que deviam ser centradas no âmbito nacional.
380 Disse ser importante estabelecerem metas e isso estava sendo atingido. Falou da
381 falta do texto-base, que prejudicou o debate. Continuou pedindo uma relatoria
382 eficiente, que as coordenações das mesas tinham que funcionar. O conselheiro
383 continuou sua fala, dizendo que todos deveriam se unir pela criminalização da
384 homofobia. O senhor Carlos Alberto Monteiro Alves levantou que várias conferências

385 foram durante a semana e isso era uma forma de desmobilização, que tinham que ter
386 a sensibilidade de lembrar que o LGBT trabalhava, estudava, tinha seus
387 compromissos de vida. A Sra. Keila Simpson disse que não faria uma avaliação,
388 mas relatou que ficou preocupada porque as conferências ficaram muito focadas na
389 escolha de delegados e delegadas, que poderiam pensar em uma metodologia, para
390 nas próximas conferências pudessem deixar um tempo determinado para tal ação,
391 que regimentalmente foi cumprido todos os requisitos. O secretário Igo Martini
392 informou que esteve no Paraná, na Bahia, no Ceará, Minas Gerais, Pará, Rio de
393 Janeiro e Espírito Santo, que a mobilização na maioria dos estados, com exceção de
394 um desses estados que não tinha quórum. Um outro ponto observado era que na
395 maioria das conferências, a participação das pessoas trans, as travestis e
396 transexuais estavam, muito bem representadas. Sobre o pacto federativo, revelou
397 que foi o principal debate. Assumiu o erro da demora da chegada do texto-base nos
398 estados apesar do mesmo ter sido disponibilizado no site. Concordou com o senhor
399 Carlos Alves da falta de conselhos municipais e estaduais e coordenações LGBTs
400 nos estados e nas principais Cidades do Brasil o que dificultava a articulação da
401 Sociedade Civil. Sobre a questão de estrutura, e comunicação, informou que o
402 Departamento de Comunicação e a Secretaria de Gestão estavam colaborando e
403 realizando excelente trabalho para cumprir o deliberado pelo CNCD e reconheceu
404 que havia problemas que precisavam ser resolvidos e já a resolução já estava
405 encaminhada. A conselheira Rafaelly Wiest informou que participou das
406 conferências do Paraná e Brasília que de um modo geral aconteceu com o
407 regimento interno respeitado. Revelou que um dos pontos negativos foi a não
408 participação efetiva do Governo do Distrito Federal. O Presidente Ramaís de Castro
409 Silveira comunicou que fez uma nota de esclarecimento, que foi publicada no site da
410 Secretaria de Direitos Humanos, sobre a sua manifestação na abertura da 2º
411 Conferência Estadual LGBT do Rio de Janeiro. O conselheiro Carlos Alberto
412 Monteiro Alves registrou um repúdio da Central de Movimentos Populares a qualquer
413 tentativa, que foi superada pela Sociedade Civil, no caso do Distrito Federal. A Vice-
414 Presidenta Irina Bacci seguiu com a pauta, informando que teriam a apresentação
415 da programação da 2º Conferência Nacional LGBT e a metodologia que iriam
416 trabalhar. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto indagou se a abertura seria
417 mesmo realizada com a palestra Magna, que precisavam fechar o título da
418 conferência magna, se seria “Reconhecimento das Populações LGBT Como Sujeitos
419 de Direitos.” A Sra. Marinalva Santana corrigiu dizendo ser “O Reconhecimento de
420 LGBTs como Sujeito de Direitos.” A conselheira Kátia Maria Barreto Souto indagou

421 ainda sobre a questão de que no dia 15 seria a abertura com a palestra e se iria ter
422 atividade cultural também. Esclareceu que no dia 15 pela manhã e á tarde teria
423 credenciamento. Revelou que outra sugestão foi que começasse no dia 16 de
424 dezembro pela manhã a plenária inicial de votação do regimento, que ela fosse das
425 8h às 10h e 10h começaria o primeiro painel e dois painéis à tarde. Continuou
426 esclarecendo que quanto aos painéis, o primeiro seria a agenda legislativa para a
427 população, depois políticas públicas e direitos LGBT, com a presença dos
428 ministérios no campo mais das políticas sociais. E a terceira mesa, políticas de
429 inclusão social e cidadania LGBT, muito no campo da cidadania lembrou que a
430 cultura estaria contemplada no terceiro item. Para fechar sugeriu que os
431 debatedores tivessem Sociedade Civil e ou Academia e ou alguém que pudesse
432 provocar o debate, enfim, que estivesse no campo não governamental, uma vez que
433 os palestrantes estariam no campo governamental. Encerrariam à tarde, com a
434 plenária debatendo. O GTs começariam no dia seguinte, seria o dia inteiro de grupo
435 de trabalho, pediu ainda que respeitassem o que havia sido decidido na reunião
436 anterior que eram nove GTs. O conselheiro Vinicius Alves da Silva explicou que
437 haviam elaborado na reunião de metodologia o formato de GT que queriam manter,
438 que não acreditavam que o formato colocado naquele momento contemplasse a
439 metodologia que queriam apresentar na conferência. O conselheiro Otávio Chamorro
440 indagou se o que estava sendo exposto seria uma proposta a partir dos nove GTs
441 que foram aprovados na 5ª Reunião Ordinária do Conselho. A conselheira Kátia
442 Maria Barreto Souto sugeriu que se mantivessem os títulos e a partir disso vissem
443 como se inseria a lógica de também considerar o documento. A Vice-Presidenta Irina
444 Bacci sugeriu que a conselheira Kátia e o conselheiro Vinicius terminassem de
445 ajeitar os nomes dos GTs e já se abria paralelamente o debate, em relação à
446 programação da conferência, assim ganhariam tempo. O conselheiro Ivanildo Tajra
447 Franzosi referindo-se ao painel “política de inclusão social e cidadania LGBT,” disse
448 que não conseguia visualizar a participação da Casa Civil, mesmo porque o principal
449 na discussão era a SDH e se fossem ver também, dentro do plano, a Casa Civil não
450 tinha nenhuma ação. O conselheiro Toni Reis esclareceu que queriam que as
451 políticas LGBT também tivessem avaliações para que chegassem até a Presidenta.
452 Que sabiam que a Secretaria Geral tinha feito um trabalho maravilhoso. A
453 conselheira Marinalva Santana disse que as informações do painel estavam vagas,
454 que não sabia do que iria se tratar, que tinha de ser mais preciso, que poderia, ser
455 “poder legislativo e os direitos da população LGBT”. Deu prosseguimento dizendo
456 que no GT sete, “mulheres, enfrentamento ao racismo”, sugeria retirar a palavra

457 “mulheres”, porque reforçava a ideia de que era um compromisso só de mulheres,
458 quando não era. Na mesa, deveriam colocar também uma mulher. No GT cinco
459 sugeriu que a ordem deveria ser repensada. “Desenvolvimento social, combate a
460 miséria, trabalho, geração de renda e previdência social”, indo o combate à miséria
461 para o início, depois desenvolvimento social, ficaria uma ordem mais lógica. O
462 senhor Otávio Chamorro entendeu que os assuntos estavam um pouco misturados
463 no painel, pediu o horário de programação. Como encaminhamento, o conselheiro
464 sugeriu que pegasse a demanda que foi proposta no dia anterior amalgamasse as
465 propostas que vieram dos estados, que a Comissão de Relatoria tentaria juntar e a
466 relatoria criasse um título para aquele grupo de propostas e esse título seria a
467 proposta que iria para debates nos GTs e dessas propostas que a relatoria iria
468 juntar, se tirasse cinco de cada GT, somando no total 45, que seriam as prioridades
469 que a conferência iria elencar para a promoção de políticas públicas. Junto a isso
470 também uma metodologia de avaliação que imaginava, era que o Plano Nacional
471 fosse dividido entre os nove GTs, que esses GTs, com o seu grupo de proposta,
472 fizesse uma revisão, do que tinha de continuar sendo feito e do que não tinha. A
473 Vice-Presidenta Irina Bacci fez uma avaliação sobre o GT “mesa de política de
474 inclusão social e cidadania LGBT”, painel três, que não tinha como o MDS não falar
475 de inclusão social, não se fazia inclusão social sem a presença da política
476 norteadora nacional que era o SUAS. Concordou parcialmente com o conselheiro
477 Ivanildo de que a divisão dos ministérios estava um pouco confusa, que nas
478 “políticas de inclusão social e construção da cidadania LGBT”, deveriam falar de
479 desenvolvimento social, que a Casa Civil tinha que estar em cima na legislação e
480 participação social. A conselheira Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos
481 concordando com a conselheira Marinalva Santana da importância de ter uma
482 mulher GT sete, sugeriu que a conselheira Lohren Bealty ficaria no GT “saúde” com
483 a Rafaelly Wiest e ela entraria no “Enfrentamento ao machismo, enfrentamento ao
484 racismo e a promoção da igualdade racial e política” O conselheiro Eduardo Gomor
485 fez duas considerações, a primeira que era importante que se tivesse um sistema de
486 monitoramento e avaliação do plano já desenhado junto com a formulação desse
487 mesmo plano, para que as coisas não fossem descasadas e que se causasse
488 alguma fragmentação institucional. O segundo tema que era a questão
489 orçamentária. Quanto mais efetivas fossem as ações e quanto mais a conseguissem
490 que as ações fossem efetivas, mais fácil conseguiriam recursos. Lembrou que não
491 existia nenhum GT em relação a orçamento. Sugeriu que no GT oito falasse de
492 pacto federativo, que pudessem falar também de articulação orçamentária. O

493 conselheiro Leandro Colling disse que desde o dia anterior, tinham decidido que
494 haveria dois GTs sobre educação, mas que estava preocupado pela possibilidade de
495 haver duplicidade nas discussões. Perguntou se haveria possibilidade de saber o
496 que seria discutido em cada um, já que aconteceriam de maneira simultânea. A
497 conselheira Kátia Maria Barreto Souto esclareceu que das 15h às 17h seria a
498 plenária inicial e a plenária final às 18, que a questão era jogar para o outro dia, pois
499 não haveria tempo. A ideia foi passar para o dia 16, começando das 8h às 10h a
500 plenária inicial e aí o primeiro painel iria das 10h às 13h e adequaria os outros
501 painéis, tiraria meia hora de cada um, porque os nomes foram diminuídos, mantendo
502 o credenciamento por todo o dia até às 18h e retomando no dia seguinte. A Vice-
503 Presidenta complementou sugerindo que se acrescentasse na plenária inicial “leitura
504 e aprovação do regulamento” o que foi acatado pela conselheira Kátia Maria Barreto
505 Souto. A conselheira sugeriu ainda que no painel “políticas públicas e direitos
506 LGBT”, ficasse ela mesma e o conselheiro Vinícius, que o conselheiro Vinícius
507 fizesse a apresentação dos debatedores. O conselheiro Vinicius Alves da Silva
508 tomou o turno da fala para apresentar os nomes e quando os conselheiros
509 estivessem no momento de suas falas, poderiam contestar ou sugerir outros nomes
510 de coordenadores e debatedores. A conselheira Priscila Cavalcante Grintzos sugeriu
511 que no painel três, “políticas públicas de inclusão social e cidadania LGBT”, fosse
512 contemplado o Ministério do Turismo. A conselheira Marinalva Santana pontuou que
513 no painel um, que o título estava vazio, “poder legislativo e participação social”,
514 sugeriu para apreciação do conselho, “poder legislativo e direitos da população
515 LGBT”. O conselheiro Fábio Meirelles Thardman de Castro ponderou que seria uma
516 ilusão imaginar que leitura e aprovação do regulamento da conferência iria
517 acontecer de 8h às 10h do primeiro dia, que atrasaria e inviabilizaria toda a
518 conferência. A conselheira Elizabeth Saar de Freitas reivindicou que no painel dois o
519 Conselho assumisse a coordenação das mesas, que poderia ter um equilíbrio na
520 coordenação que seriam duas pessoas da Sociedade Civil, uma pessoa do
521 Governo. Sugeriu ainda, a substituição do Sr. Beto que não era do Conselho. O
522 conselheiro Toni Reis pediu que todos analisassem qual seria a grande crítica ao
523 Governo Federal e as políticas públicas para a comunidade LGBT, que não teve o
524 recurso aplicado. Tinham que envolver o Ministério do Planejamento, a Casa Civil a
525 Secretaria Geral e teriam que colocar dentro dos painéis. A conselheira Janaina
526 Oliveira se referiu ao painel três ponderando que achava importante que a SEPPIR
527 também estivesse na mesa, que a Secretaria, o Ministério precisavam também estar
528 colocando quais eram as políticas pensadas para o grupo LGBT de negros e negras.

529 O conselheiro Vinicius Alves da Silva continuou os trabalhos, avisou que começaria
530 falando sobre o último painel em que foi sugerida a inclusão da SEPPIR, que todas
531 as pautas setoriais, mulheres, negras e negros, jovens, se fossem incluir teriam que
532 incluir todos, por isso fariam uma decisão política do Conselho, se iriam incluir todos
533 ou nenhum, que já tinham cinco ministérios. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto
534 sugeriu que fechasse a coordenação com o que já havia sido discutido, que olhasse
535 quem estava na atividade cultural e distribuísse de forma proporcional e
536 representativa o regimento. O conselheiro Zezinho Prado propôs que o painel dois
537 ficasse para o Movimento Sindical representado a coordenação. Novamente com o
538 turno da fala, o conselheiro Vinicius Alves da Silva ponderou que precisavam
539 amadurecer algumas posturas e compreender quando estavam tomando um
540 posicionamento político em algumas coisas, que quando estavam debatendo na
541 reunião da Sociedade Civil a questão da inclusão e o empoderamento do debate
542 etno-racial, fizeram uma opção política de emponderar o debate no conjunto e que
543 ficava nítido que precisavam empoderar outras dimensões. A Vice-Presidenta Irina
544 Bacci, no painel um, confirmou que o nome ficou “Poder Legislativo e Direitos da
545 População LGBT” e questionou se na mesa poderia ficar conselheiro o Léo Ribas. O
546 que foi aceito pelos outros conselheiros. Passando para o segundo painel, Direitos
547 da população LGBT, o nome da mesa seria “Políticas Públicas”. Indagou ainda se a
548 coordenação ficaria com o conselheiro Zezinho Prado, ou com o conselheiro Carlos
549 Alves. O conselheiro Toni Reis propôs que a CUT, representada pelo conselheiro
550 Zezinho Prado, fizesse a coordenação. A Vice-Presidenta Irina Bacci prosseguindo,
551 indagou como ficaria o painel três, “Política de Inclusão Social e Cidadania da
552 População LGBT”, se os ministérios estavam corretos, o que foi confirmado pela
553 conselheira Kátia Maria Barreto Souto. Perguntou ainda, se havia alguma proposta
554 diferente e prosseguiu argumentando que a conselheira Bruna deveria ficar no
555 painel três, porque era especialista, que o conselheiro Zezinho Prado iria para o
556 painel três e a conselheira Keila Simpson para o painel dois. O conselheiro Marcos
557 William, por uma questão de logística, ponderou que a SEPPIR teria o papel de
558 articulação em uma área específica que não se confundia com a SDH e com a
559 Secretaria Geral, embora tivessem mulheres negras na SEPPIR, não achava que a
560 SEPPIR cuidasse da parte de mulheres, que na verdade era a Secretaria de
561 Políticas para as Mulheres/SPM. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto explicou
562 que a ideia não era que ela cumprisse esse papel, era que se articulasse enquanto
563 governo e a transversalidade. A Vice-Presidenta Irina Bacci considerou a questão
564 dos painéis fechada e sugeriu que passassem para os grupos, mas que antes

565 passassem para a mesa de abertura. Que no dia 15, teria o credenciamento, a
566 apresentação cultural e a fala da Coordenação Geral da Conferência e a solenidade
567 de abertura. Que o Conselho estaria representado pela vice-presidência, que
568 haveria um espaço reservado para o Conselho, as representações da Sociedade
569 Civil pensando na perspectiva e na diversidade do Movimento LGBT, não pensaram
570 que a Sociedade Civil estivesse representada por entidades, mas sim pela
571 diversidade. A Ministra Maria do Rosário como Presidente da Conferência e
572 obviamente a Presidente Dilma e a representação dos ministros. A Vice-Presidenta
573 finalizou indagando como seria a participação do Governo na abertura. A
574 conselheira Kátia Maria Barreto Souto esclareceu que o Governo não havia chegado
575 à discussão, que a Secretaria de Direitos Humanos estaria representada na pessoa
576 Ministra da Ministra Maria do Rosário, mas achava importante a representação da
577 SEPPIR, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e da juventude. A Vice-
578 Presidenta Irina Bacci reforçou o pedido da conselheira Joana, para articular com o
579 Ministro Gilberto Carvalho a presença da Presidenta Dilma, inclusive a abertura no
580 Palácio do Planalto, para que a Conferência tivesse uma cara mais governamental.
581 Não havendo mais considerações, a Vice-Presidenta Irina Bacci considerou o ponto
582 de pauta vencido. Dando prosseguimento à reunião, a Vice-Presidenta a título de
583 encaminhamento, disse que o Governo faria todos os esforços e também traria a sua
584 composição para a mesa de abertura e que a Sociedade Civil já havia trazido sua
585 composição. O senhor Toni Reis falou que gostaria de indicar o conselheiro Carlos
586 Alves para a coordenação da plenária inicial. Após as sugestões, a Vice-Presidenta
587 Irina Bacci confirmou a indicação da secretária Nadine Borges, do conselheiro
588 Carlos Alves, e a conselheira Tathiane Araújo. Reforçou que a mesa diretora seria
589 apoio à plenária inicial e final. O secretário executivo lembrou que a mesa Diretora
590 era composta pelo Presidente Ramaís de Castro Silveira, Vice-presidente, Irina
591 Bacci e o Secretário Executivo, Igo Martini. O conselheiro Vinicius Alves da Silva
592 esclareceu que já havia feito sua defesa da metodologia da avaliação do plano
593 nacional anterior e como foi encaminhado na 5ª reunião de que iria começar do zero.
594 No que tangia o GT, por uma questão política e regulamentar, tinha que chegar no
595 caderno, todas as propostas aprovadas, a partir disso o GT trabalharia as cinco
596 propostas prioritárias. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues disse que não
597 poderiam ter ali uma visão formalista, não havia nada no regimento que impedisse
598 que o regulamento fizesse uma adaptação da metodologia. Sugeriu tirar a
599 burocracia do argumento e irem para a política, que poderiam tentar fazer o acordo,
600 consensuar, distribuir o que fosse relatório nos grupos, cada grupo era autônomo

601 para ver como aproveitaria o material, e depois trabalhar cinco grandes metas,
602 diretrizes para concluir. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto sobre a
603 metodologia, disse que ali estava escrito, diagnóstico das políticas de cada GT, que
604 poderiam colocar ou abrir um parêntese, considerando os relatórios dos estados, o
605 plano nacional. A conselheira Marinalva Santana colocou que para efeito
606 metodológico era ótimo, prático e objetivo, mas acreditava que se colocassem
607 somente cinco, e ainda dizia, ordem de prioridade, tinha dúvidas que se um país
608 continental como o Brasil se era pertinente colocar do jeito que estava. A conselheira
609 Elizabeth Saar de Freitas esclareceu que as cinco diretrizes seriam desmembradas
610 e discutidas, o que geraria ainda mais diretrizes. Na parte da metodologia, perguntou
611 o que seria feito na plenária final. O conselheiro Vinicius Alves da Silva para
612 esclarecer a metodologia, disse que primeiramente seria diagnóstico, depois
613 identificariam os problemas, e depois as soluções a partir dos problemas
614 identificados. Sobre a quantidade, que poderia tirar 10 dos grupos, fechavam-se
615 cinco prioridades no final, mas dos GTs saíam dez. O conselheiro Otávio Chamorro
616 colocou uma dúvida no sentido de que tinha entendido anteriormente, os cinco
617 problemas, desafios a serem identificados, eles nasceriam no grupo ou a relatoria já
618 apresentaria. A Vice-Presidenta Irina Bacci pediu a palavra e disse que já haviam
619 discutido o assunto na reunião anterior, que fariam um diagnóstico das políticas de
620 cada GT, a partir da avaliação identificariam cinco desafios e se a plenária
621 deliberasse iriam cumprir, que as diretrizes eram macros que iriam depois nortear na
622 construção do plano de ações para cumprir as diretrizes. Continuou sua fala,
623 passando para a discussão dos grupos de trabalho, lembrou que antes de finalizar
624 precisavam pactuar o dia que iriam se reunir antes da conferência. O primeiro
625 inscrito para discutir os GTs, foi o conselheiro Zezinho Prado que falou
626 primeiramente da estrutura dos grupos, que era preciso que cada grupo tivesse uma
627 pessoa no computador digitando as propostas e que não poderia ser conselheiro,
628 um relator. A segunda questão, era que existia dois grupos de educação, propôs
629 que se mantivesse os dois grupos só que, um trataria de educação básica e outro de
630 ensino superior. A conselheira Marinalva Santana lembrou de pessoas com
631 necessidades especiais, e que caso houvesse surdos e surdas, que fosse
632 providenciado os intérpretes. A Vice-Presidenta Irina Bacci esclareceu que aquele
633 assunto não estava previsto no regimento, mas que à medida que as pessoas
634 estavam se inscrevendo e se em algum grupo tivesse alguma pessoa com
635 necessidade à acessibilidade, a conferência iria contemplá-las. O conselheiro Toni
636 Reis esclareceu que na articulação com o Ministro Gilberto Carvalho estava tendo a

637 questão do G20, e a questão do meio ambiente, a questão dos direitos humanos
638 para colocarem a discussão achava que poderiam defender. A outra questão, é que
639 teriam uma consulta internacional que não tinha absolutamente nada a ver com o
640 Brasil em si, era uma consulta internacional através da UNESCO Paris que
641 aconteceria no Rio de Janeiro, 70 países que participariam e de todos os países e
642 teria um documento de recomendações da UNESCO Internacional por uma escola
643 sem homofobia. Seria interessante convidar a UNESCO. A Vice-Presidenta Irina
644 Bacci esclareceu que a priori teriam oito GTs e como tinham espaço para mais um
645 GT tinha pensado em duplicar o GT de educação, porque era um tema que gerava
646 discussões, que trazer o GT do Rio mais 20, desenvolvimento sustentável para o GT
647 nove, fechariam os GTs. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto lembrou que
648 comunicou que havia ocorrido um erro de digitação, que para garantir os nove nessa
649 compreensão que o conselheiro Toni Reis estava trazendo, poderiam fazer um
650 ajuste e voltaria a ter um, GT de educação, acrescentando o GT do desenvolvimento
651 sustentável e meio ambiente, ou então, mantém-se o desenvolvimento social e
652 combate a miséria como estava antes, não juntaria e criaria o desenvolvimento
653 sustentável e meio ambiente. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues sugeriu que
654 não deveriam chamar de GT o último, por uma questão metodológica, pois não iriam
655 fazer esses debates nos mesmos moldes que iriam fazer ou outros, que fosse
656 classificada como outra atividade. A conselheira Priscila Cavalcante Grintzos
657 lembrou que os GTs que foram trabalhados nos estados, se comesçassem a
658 modificar demais, talvez os estados sentissem dificuldade, poderia causar confusão
659 nesse sentido. O conselheiro Djalma Thürler manifestou que dada à importância da
660 função da coordenação nesses GTs, sua preocupação quanto ao GT de número
661 dois, que achava um pouco inchado quatro temas, cultura, turismo, esporte e
662 comunicação social. O assessor Guilherme Alves concordou com o
663 encaminhamento dado sobre a formação de um novo GT, que poderiam fazer uma
664 mesa, um grupo de discussão fomentaria e levaria a temática para o Rio mais 20
665 que estaria acontecendo em junho. O que poderiam encaminhar seria em qual
666 momento fazer a mesa, se durante os grupos ou após os grupos, mas que se
667 encaixasse a referida mesa na conferência. O conselheiro Guilherme Alves disse
668 que foi discutido o tema proposto do G20 ser fora do grupo de trabalho e se isso era
669 uma mesa ou alguma atividade extra da conferência. Continuou dizendo que
670 questão colocada, era em qual momento poderia acontecer a mesa. A título de
671 organização, a Vice-Presidenta revisou o grupo um que ficou “poder legislativo e
672 direitos da população LGBT” com a coordenação conselheiro Carlos Alves e Roger

673 Halter, que a pessoa da academia falaria que não necessariamente precisaria estar
674 ligado á Academia, que poderia ser um especialista no caso a primeira opção
675 poderia ser a Sra. Sônia Correia, ela iria fazer as provocações e a avaliação da
676 situação problema para que as pessoas pudessem levantar as cinco desafios, que
677 além da Sra. Sônia Correia, caso ela não tivesse agenda pediu a sugestão de mais
678 dois nomes. Para entendimento dos presentes, a Vice-Presidenta continuou
679 relatando como ficaria a coordenação após as modificações. A conselheira Joana
680 ficaria na coordenação e haveria uma outra indicação da representação da SRI,
681 assim no MEC seria a mesma coisa, o Conselheiro Fábio Meirelles ficaria na
682 coordenação, indicaria uma outra pessoa ou ao contrário. Não havendo outras
683 contestações, a Vice-Presidenta Irina Bacci deu por vencida a discussão do GT1
684 ficando a coordenação para a Casa Civil, na pessoa do conselheiro Carlos Alves e
685 como especialista a Sra. Sonia Correia primeiramente, se ela não tivesse agenda, a
686 Sra. Miriam Correia ou Sr. Roger. No GT2, cultura, turismo e esporte, comunicação
687 social, os representantes que pensaram do Governo foram Ministério da
688 Cultura/MinC e Ministério do Turismo, Ministério do Esporte e Comunicação Social.
689 A coordenação estava fechada, com Jovanna Baby e Djalma Thürler. Precisavam
690 colocar alguém do Governo e da Academia. O conselheiro Djalma Thürler sugeriu o
691 nome da Sra. Thaís Werneck. Após as discussões ficou acordado que seriam então
692 o conselheiro Djalma Thürler e a conselheira Thaís Werneck. A conselheira Thaís
693 Borges da Silva Pinho Werneck sugeriu que se seriam convidados para o GT, que
694 tinha comunicação social, a Empresa Brasileira de Comunicação deveria ser
695 convidada também, bem como a SECON. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues
696 pediu a palavra e reforçou que o que tinham pensado era que o especialista e os
697 membros do Governo fossem facilitadores, que cada um deles teria direito a fazer
698 uma breve fala de dez a 15 minutos e depois contribuiriam. A Vice-Presidenta Irina
699 Bacci que ficariam de facilitadores os especialistas e no caso do GT2, o MinC, o
700 MTur, o Ministério da Comunicação e o Ministério dos Esportes e como convidados
701 a colaborar, SECON e a Empresa Brasileira de Comunicações, precisaria pensar em
702 mais duas indicações. O secretário Igo Martini sugeriu o nome da Sra. Raquel
703 Bragato do Inter Vozes que era especialista em marco regulatório de comunicações.
704 A Vice-Presidenta Irina Bacci completou com o nome da Sra. Jacira. Ficou
705 estabelecido que viria o nome da Sra. Jacira primeiro e logo após o da Sra. Raquel
706 Bragato. A conselheira Priscila Cavalcante Grintzos indicou a professora Marília
707 Anhsa, especialista na área, era Academia também, O senhor Toni Reis sugeriu o
708 Comitê Brasileiro de Esporte LGBT, o senhor Airon. Não havendo mais

709 contribuições, a conselheira Kátia Maria Barreto Souto passou a discussão para o
710 GT3 e sugeriu o senhor o Beto de Jesus. Outra sugestão de nome era a Sra.
711 Carmem Luiz que ajudou na construção da política de saúde integral, foi pioneira no
712 processo dentro do ministério. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues concordou
713 com a conselheira Kátia, mas argumentou sobre a importância fundamental da Sra.
714 Tathiana Leôncio estar como uma das, porque a política, o processo
715 transexualizador ainda era um grande nó. O conselheiro Carlos Alberto Monteiro
716 Alves sugeriu o nome do Professor Guilherme Almeida do Rio de Janeiro. O
717 secretário Igo Martini sugeriu que fossem para o GT educação e que o GT saúde
718 ficaria pendente. A conselheira Kátia Maria Barreto Souto sugeriu que a conselheira
719 Tathiane Araujo ficasse na coordenação. Explicou que como eram dois grupos,
720 estavam como coordenadores a conselheira Tathiane Araújo, o conselheiro Toni
721 Reis e conselheiro Zezinho Prado. E no caso da extinção de um grupo, ficaria a
722 conselheira Tathiane Araújo. Continuou, dizendo que da Academia estaria o Sr.
723 Fernando e o Sr. Rogério Junqueira manteriam os dois. A conselheira Janaina
724 Oliveira indicou o nome da Sra. Nildes Sena especialista. O conselheiro Julian
725 Vicente Rodrigues propôs o presidente da ABGLT. O conselheiro Toni Reis pediu
726 que colocassem a UNESCO pois era importante sua participação. A conselheira
727 Kátia Maria Barreto Souto pediu que se pensasse na educação como política, por
728 isso, sugeriu o Sr. Marcelo Nascimento, secretário adjunto de educação de Alagoas,
729 ele fez um debate sobre a política de educação. Outra preocupação era trazer uma
730 mulher. A conselheira Tathiane Araújo colocou que não tinha visto nenhuma mulher
731 na lista, sugeriu a Sra. Daiana Bruneto, do Paraná. Para fechar as propostas, a Vice-
732 Presidenta relatou os nomes de consenso que seriam os três primeiros o senhor
733 Rogério Junqueira, o conselheiro Toni Reis e a Sra. Daiana Bruneto, os três
734 segundos seriam a Sra. Rebeca, a Sra. Silvana e o Sr. Fernando Shefer. O
735 conselheiro Fábio Meirelles Thardman de Castro se colocou à disposição, de
736 coordenar o grupo. Ratificou o nome do Sr. Rogério Junqueira como uma boa
737 indicação e confirmou o nome da Sra. Daiana Bruneto também, como gestora.
738 Indicou o professor Sergio Carrara, porque era quem elaborava todos os materiais
739 do Ministério da Educação, Clan da UERG, era quem elaborava todos os materiais
740 de gênero e diversidade sexual. A conselheira Rafaelly Wiest sugeriu que se
741 mantivesse o nome do conselheiro Toni Reis que era doutorando em educação. A
742 Sra. Daiana Bruneto mestre em educação pela UFPR e dirigia uma coordenação
743 específica em diversidade sexual da Secretaria Estadual e da Sra. Rebeca, da
744 UNESCO, que ela tinha um discurso amplo em educação e principalmente porque

745 ela vai viria com uma carga muito fresca do encontro internacional do Rio, colocaria
746 estes como os três nomes prioritários. A Vice-Presidenta relatou que ficaria definido
747 a conselheira Tathiane Araújo e o conselheiro Fábio Meirelles para a coordenação,
748 indagou se o MEC indicaria alguém para fazer o diálogo em relação ao Governo,
749 que especialistas teriam o Sr. Rogério e o conselheiro Toni Reis, caso precisasse
750 substituir a Sra. Daiana Bruneto e a Sra. Rebeca, poderia ser a negra Cris, por
751 exemplo, especialista em educação, falava de raça e gênero. Perguntou aos
752 presentes se estavam de acordo com o primeiro conjunto, Daiana, Rebeca, Rogério
753 Junqueira. Não havendo contestações indagou se concordavam com o segundo
754 conjunto Fernando, Toni, Silvana. Perguntou ainda se queriam indicar mais um
755 nome de uma mulher, caso, tanto a Sra. Daiana como a Sra. Rebeca não pudessem
756 comparecer. A Vice-Presidenta Irina Bacci comunicou que estavam fechando o GT
757 de educação e que passariam para o GT de Combate a Miséria, Desenvolvimento
758 Social, Trabalho, Geração de Renda e Previdência Social. Comunicou que estaria
759 presente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do
760 Trabalho e Emprego, depois indicariam os nomes do Governo e Previdência
761 também. Na coordenação tinha a própria Vice-Presidenta Irina Bacci e o conselheiro
762 Marcos Freire, se o mesmo abrisse mão, o colocaria a Sra. Zora ou o companheiro
763 para fazer a coordenação com ela. Ficariam então a Sra. Zora, o senhor Francisco.
764 A conselheira Kátia Maria Barreto Souto sugeriu o nome da Sra. Arlete Sampaio,
765 porque participou da Conferência da Mulher e sua fala sobre política de combate a
766 miséria e desenvolvimento social foi muito boa, com recorte de gênero, de raça,
767 LGBT e seria uma boa contribuição. A Vice-Presidenta Irina Bacci revelou que a
768 sugestão foi aceita. O conselheiro Julian Vicente Rodrigues esclareceu que na
769 verdade abriram dois conjuntos por conta da Sra. Arlete Sampaio, mas a rigor seria
770 uma pessoa só, os outros temas acharam que era complexidade, mas se tivesse
771 seria ótimo. A conselheira Rafaelly Wiest indicou a Sra. Sílvia Reis que era uma
772 travesti e compunha o grupo de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. A
773 Vice-Presidenta Irina Bacci comunicou que fecharam o GT, então passaram para a
774 discussão do GT6 que era direitos humanos, sistemas de justiça, segurança. O
775 secretário Igo Martini esclareceu que primeiro definiriam o grupo, seu formato.. A
776 Vice-Presidenta Irina Bacci disse que GT6 sistema de justiça, segurança pública e
777 combate a violência, sairia a SDH, Ministério da Justiça ficaria e SENASP, que era
778 Secretaria de Segurança Pública. O Sr. Toni Reis indicou o Sr. Márcio Marins, uma
779 pessoa negra que atuava na segurança pública, era o conselheiro eleito no
780 CONASP juntamente com a Sra. Sílvia Ramos. A conselheira Tathiane Araújo

781 indicou o Sr. Mário Leone que era um delegado Criminalista de Sergipe fazia parte
782 da SENASP e também da RENASP. A Vice-Presidenta Irina Bacci concluiu que no
783 lugar da Academia colocariam especialista, mas adiante, teriam o Sr. Sérgio Carrara.
784 A Vice-Presidenta Irina Bacci concluiu que no primeiro conjunto ficaria Márcio Marins
785 e Sílvia Ramos, no segundo conjunto Mário Leone, em seguida perguntou se
786 alguém indicaria o nome de uma outra mulher ou de um outro especialista. O
787 conselheiro Julian Vicente Rodrigues indicou a Sra. Margarete Barreto. Após a
788 indicação do último nome que comporia o GT6, a Vice-Presidenta dirigiu a discussão
789 para o GT7, Enfrentamento ao machismo, ao racismo, a promoção da igualdade
790 racial e políticas de juventude. Esclareceu que a princípio estaria indicado a SPM
791 que iria definir o nome, além da SEPPIR, CNJ, a coordenação a priori já estaria
792 escolhida que seriam o conselheiro Vinícius e a conselheira Chopelly. Como
793 especialista estaria a Negra Cris da Universidade Federal de Alagoas. A conselheira
794 Elizabeth Saar de Freitas pediu para colocar seu nome na coordenação, porque
795 achava importante, sugeriu também trazer o nome da SPM, indicou ainda para
796 compor os lugares de especialistas, a Sra. Sueli Carneiro e a Sra. Maria Betânia
797 Ávila que era uma feminista que também lidava com o tema. O conselheiro Vinicius
798 Alves da Silva pediu para retirar o seu nome e o da conselheira Chopelly da
799 coordenação. Sua sugestão era que a conselheira Lohren Beauty que era do E-
800 Jovem, e do Conselho Nacional de Juventude ficasse na coordenação pela
801 Sociedade Civil. Dos especialistas sugeria a Sra. Sueli e a Sra. Maria Antônia Alves,
802 pois apresentariam a mesma perspectiva, na mesma dimensão. Sugeriu também
803 para fazer o debate da juventude, a Sra. Lery Castro ou a Sra. Miriam Abramovay
804 que tinham a pesquisa de juventude e sexualidade que poderia contribuir bastante.
805 Achava que a negra Cris daria conta também da questão étnico racial. Após as
806 indicações a Vice-Presidenta Irina Bacci sugeriu que deveriam naquele momento
807 resolver as indicações dos especialistas. Sugeriu que poderiam trabalhar a questão
808 do machismo, racismo e juventude, três especialistas e dois conjuntos, um prioritário
809 e um secundário, ficaria a Sra. Ana Cristina, Sueli Carneiro e Miriam Abramovay e o
810 segundo conjunto ficaria a Sra Mary Castro, Regina Fachini e Maria Antônia.
811 Continuou dizendo que no GT8, pacto federativo e articulação orçamentária ficaria o
812 Sr. Guilherme de Almeida no GT saúde, que tinham que tirar o nome da conselheira
813 Lobren Bealty, ficaria a conselheira Rafaelly Wiest. Voltando ao GT8, lembrou que o
814 FONGES - Fórum Nacional de Gestores LGBTs pediu o referido GT, inclusive a
815 coordenação. Nesse sentido, eles poderiam estar como especialistas no lugar da
816 Academia, a coordenação a princípio tinha indicação da Chopelly. A Vice-Presidenta

817 continuou aceitando o Sr. Eduardo Gomor como indicação do conselheiro Vinicius.
818 Os especialistas oficiariam o FONGES para indicar o nome, havia a indicação do Sr.
819 Fernando Pocaí, da Universidade Federal de Santa Catarina e alguém do Sertão. O
820 conselheiro Eduardo Gomor pediu a palavra e aceitou a indicação para a
821 coordenação e indicou o senhor Evilásio Salvador, uma pessoa do Serviço Social
822 da UNB que tratava de orçamento. A Vice-Presidenta Irina Bacci, após as indicações
823 e argumentações, concluiu em nome dos presentes, que representando o FONGES,
824 teriam os especialistas Cláudio Nascimento, Fernando Pocaí e Evilásio Salvador.
825 Um dos presentes, demonstrou a preocupação de que o FONGES havia pedido a
826 criação do referido GT, bem como a sua coordenação, ainda que os gestores
827 tivessem conhecimento, era muito delicado o Conselho incidir na lógica e na
828 autonomia do fórum, que poderiam encaminhar um ofício dizendo que o conselho
829 debateu, acatou a deliberação, que houve inclusive sugestões de nomes, como o
830 senhor Leonardo Bastos, porém sem tirar a autonomia do conselheiro. Esclareceu
831 que a primeira proposta foi retirada, então caberia ao Conselho Nacional LGBT, a
832 Comissão Organizadora Nacional indicar o nome. A conselheira Tathiane Araújo
833 revelou que o conselheiro Julian Rodrigues estava retirando a indicação do gestor
834 Leonardo Bastos, ficou só a indicação do Orlaneudo Lima como gestor. O secretário
835 Igo Martini percebeu que havia um consenso da Comissão Organizadora Nacional
836 sobre a indicação do gestor Orlaneudo Lima da Cidade de Fortaleza e do gestor
837 Leonardo Bastos do Estado do Mato Grosso do Sul. A Vice-Presidenta indagou se
838 ficariam os quatro especialistas, os senhores Claudio, Leonardo, Orlaneudo e
839 Evilásio Salvador, foi esclarecida que ficariam os quatro especialistas, sendo que o
840 senhor Evilásio era o único indicado da Academia que ficaria como suplente os
841 outros três eram gestores estaduais. A Vice-Presidenta continuou com a palavra e
842 passou a discussão para o GT9, direitos humanos. O secretário Igo Martini
843 esclareceu que o conselheiro Julian Rodrigues retirou o seu nome e indicou junto
844 com a CNTE o nome do companheiro Marcos Freire da CUT. Indagou se alguém
845 tinha uma indicação da Sociedade Civil. O conselheiro Milton Santos sugeriu como
846 especialista a Sra. Deise Benedito assessora da SDH. Como a Sra. O secretário Igo
847 Martini lembrou que para a definição do GT, seria utilizado os mesmos critérios do
848 GT anterior, que o Conselho faria as indicações. Continuou dizendo que o
849 conselheiro Julian retirou o nome da Sra. Elisa Guaraná, Igo Martini aproveitou para
850 indicar o senhor Gustavo Bernardes e a Sra. Nadine Borges. O conselheiro Julian
851 Vicente Rodrigues sugeriu indicar alguém da OAB, como a Sra. Maria Berenice Dias.
852 O conselheiro Fábio Meirelles Thardman de Castro sugeriu que o grupo de trabalho

853 nove fosse “Direitos Humanos e Participação Social” e que incorporasse a Secretaria
854 Nacional de Articulação Social e desse um panorama sobre participação social. O
855 que foi acatado pelos presentes. A conselheira Janaina Oliveira sugeriu o nome da
856 Sra. Edna Roland para participar como especialista, era uma especialista, mulher,
857 negra, que atendia toda a demanda. O conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves
858 indicou o senhor Marcelo Braga da Rede de Direitos Humanos do Rio de Janeiro.
859 Para o encaminhamento dos especialistas, a Vice-Presidenta Irina Bacci revelou que
860 ficaria o senhor Sérgio Carrara e a Sra. Edna Roland ou manteria a Sra. Maria
861 Berenice. A Sra. Irina Bacci continuou para informar que o Sr. Marcelo Braga ficaria
862 como segunda opção se algum dos três escolhidos primeiramente não aceitasse. O
863 secretário Igo Martini então convocou para a 2ª Reunião Extraordinária, a ser
864 realizada na véspera da conferência, as conselheiras e conselheiros, titulares e
865 suplentes, inclusive constava no regimento interno, aprovado em São Paulo, da
866 conferência que todos e todas estariam com financiamento da SDH na 2ª
867 Conferência. O secretário Igo Martini reiniciou a reunião após o almoço, convidando
868 a Secretária Nacional Nadine Borges para proferir algumas palavras aos presentes.
869 A secretária Nadine Borges iniciou sua fala fazendo alguns informes. Comentou
870 sobre a campanha, que seria vinculada na televisão como a ideia de enfrentamento
871 as homofobias, que foi elaborada, produzida e construída pela Rede Globo de
872 Televisão. Dentro do que foi conversado com a Ministra Maria do Rosário, com o
873 Ministro Gilberto Carvalho, houve uma manifestação da Ministra de que no próximo
874 ano fariam uma campanha com uma abrangência nacional, uma campanha de
875 Governo, pelo Governo, em parceria e acompanhamento do Conselho, que tratasse
876 de todos os temas, das questões relacionadas à população de LGBT. Pediu a
877 compreensão de todos, pois estavam a menos um mês conferência que aquele era o
878 momento, que iria apresentar a propaganda e com a aprovação do Conselho ela
879 seria veiculada em horário nobre, na Rede Globo durante duas semanas. Deixou
880 registrado que a Ministra Maria do Rosário firmou um termo de cooperação com os
881 Correios, eles queriam incluir em todo material postal o que vai ser objeto da
882 campanha o ano que vem. Eram passos relativamente lentos, mas passos firmes, a
883 retomada da discussão do material didático pedagógico, do conjunto, da escola sem
884 homofobia. Outro ponto era fazer o ato simbólico no encerramento da reunião do
885 Conselho, mas trabalhar no dia 22 de novembro, até o dia 15 dezembro no
886 acabamento, no refinamento do termo. A propaganda foi apresentada aos
887 presentes. Logo após, a secretária Nadine Borges pediu a avaliação dos presentes
888 para que de pudesse veicular a propaganda, entendeu que pelas palmas, estava

889 aprovada. Em seguida se dispôs a responder perguntas rápidas. O conselheiro Toni
890 Reis disse que se sentiu emocionado com a propaganda, mas via que a mesma não
891 contemplava o recorte racial, as mulheres bissexuais e lésbicas e as pessoas trans.
892 Colocou para a secretária, para a população gay que gostaria de ver se havia uma
893 possibilidade de se ter campanhas para as lésbicas e para as pessoas trans. O
894 conselheiro Julian Vicente Rodrigues perguntou se houve investimento em parceria
895 com a Globo de dinheiro público ou via PNUD e qual era o plano de mídia, quantos
896 dias, quantas exibições e horário e terceiro, se tinham a possibilidade de ter pelo
897 menos mais um ou dois spots ou se o assunto estava superado para a próxima
898 campanha em 2012. A secretária Nadine lamentou, mas precisaria sair em quatro
899 minutos, então não poderia responder todas as perguntas. A conselheira Rafaelly
900 Wiest disse que a campanha não atingia nenhum um pouco a população do gênero
901 feminino LGBT, mas gostaria de novo, enfaticamente o compromisso firmado de
902 que, a SDH na próxima campanha consultasse, trans e lésbicas, do que iria
903 construído. O conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves perguntou se a campanha,
904 mesmo com a logomarca da Globo, poderia haver uma negociação para que fosse
905 também ser veiculada pela Rede Brasil. A conselheira Jovanna Baby fez um
906 comentário, que a campanha estava boa, que nesse momento o que importava era
907 passar a mensagem de combate a homofobia no Brasil e que no ano seguinte
908 pudessem estar contempladas. A secretária Nadine Borges disse que no dia
909 anterior, havia esclarecido algumas questões, que quem trabalhava e lutava e se
910 dedicava para a pauta como todos os presentes, era notório que ao ver uma
911 propaganda como aquela, ao mesmo tempo era emblemático pensar que em cada
912 casa no Brasil sabia o tamanho da audiência que a Rede Globo a mensagem
913 poderia chegar e isso engrandecia e enaltecia muito a luta, mas a realização da
914 conferência, deveria impulsionar para que se construísse uma campanha em nível
915 nacional do Governo Federal, que desse conta de tratar todos os temas, não só uma
916 campanha televisiva, uma campanha em rádio, uma campanha impressa com
917 material que pudesse servir de instrumento para todos, nas pautas que enfrentariam.
918 Concluiu dizendo que aquele era o compromisso para o próximo ano. Quanto a
919 parte financeira, a Rede Globo foi financiada pelo poder público e que haveria
920 possibilidade de veicular em rede pública, que precisava confirmar. A Vice-
921 Presidenta Irina Bacci reiniciou a discussão da pauta, começando pelas
922 considerações sobre a campanha. O conselheiro Toni Reis lembrou que tinham uma
923 comissão técnica para construir qualquer campanha, era importante ouvir a
924 comissão interna do Conselho, que era fundamental, não dava para trazer uma

925 coisa pronta, uma coisa que tinham de aprovar, mas que se construísse a partir do
926 Conselho para que se contemplasse os segmentos que estavam colocados. A outra
927 questão, era “a homofobia é crime”, tinha que se entender a criação, porque a
928 homofobia não era crime ainda, todos estavam querendo aprovar o PLC 122/2006,
929 então qual seria o discurso, porque isso poderia gerar uma polêmica muito grande,
930 qual seria a postura enquanto Conselho Nacional LGBT. A outra questão era o
931 PNUD que é o responsável pelos gastos e por coordenar todas as campanhas para
932 a questão de gays e outros HSHs e pessoas trans. Essa era a deliberação.
933 Perguntou quanto foi gasto, até porque estavam fazendo o monitoramento do
934 PNUD. A última questão era que toda e qualquer campanha a partir daquele
935 momento fosse feita grupos focais para ver com a população LGBT para testar a
936 campanha. A conselheira Joana Zylbersztajn. Informou que a reunião marcada com
937 a Ministra para o dia seguinte, não aconteceria por causa de um problema de saúde
938 da Ministra. Outra agenda possível seria a Ministra Deli Salvatti, que precisava sair,
939 mas todos poderiam discutir com secretário Igo Martini, e depois era só marcar e
940 operacionalizar com a Secretaria Geral. Sugeriu discutissem o dia 13, por exemplo.
941 A conselheira Janaina Oliveira lembrou que no início das reuniões do Conselho, o
942 Ministério Público do Trabalho havia se oferecido para fazer peças publicitárias, que
943 tinha um orçamento acabaram não tocando, em função da conferência, outros
944 acúmulos de agenda, teriam que ver se ainda havia a possibilidade, poderiam
945 pensar um modelo de campanha dentro dos moldes do movimento social.
946 Concordou com o conselheiro Toni, que não estava perfeita, mas já era um avanço.
947 O secretário Igo Martini informou que havia sido solicitado um informe sobre o
948 orçamento e sobre o termo de cooperação que seria assinado às 18h, que
949 precisariam liberar o auditório para que o cerimonial preparasse o auditório para a
950 cerimônia, que teriam o auditório liberado até às 17h. O conselheiro Carlos Alberto
951 Monteiro Alves propôs suspensão de todos os pontos e falas diante da situação
952 emergencial da questão de orçamento, e discutiriam apenas, única e exclusivamente
953 as que eram do orçamento. O secretário Igo Martini informou que veriam se a sala
954 de conferências no 10º andar estava liberada. O conselheiro Julian Vicente
955 Rodrigues propôs que dedicassem os 15 minutos para intervenções sobre o termo,
956 porque o Conselho simplesmente não foi ouvido nenhuma vez sobre o que iria ser
957 lançado e estavam convidados para bater palma. A Vice-Presidenta Irina Bacci
958 informou que a mesa entendia que havia três encaminhamentos, porque o Ministério
959 da Cultura também tinha uma questão de ordem urgente que era definir uma
960 comissão. Outro encaminhamento era a questão colocada prioritariamente do

961 orçamento, depois o conselheiro Julian Rodrigues colocou também um
962 encaminhamento legítimo da questão do termo, foi refeito o encaminhamento
963 pedindo para contemplar as duas coisas. A mesa entendia que os dois não
964 invalidava o outro. O conselheiro Toni Reis falou que havia um descontentamento da
965 forma como foi encaminhado, sugeriu que pegassem cinco pessoas para discutir,
966 que fariam o lançamento e depois fariam o aditivo e indicaria os conselheiros
967 Marinalva Santana, Márcio Marins (CONSEG e GT LGBT da SENASP), Julian
968 Rodrigues e Fernanda Benvenute (GT LGBT da SENASP), para discutir, e trazer
969 para todos e pautar na próxima reunião do Conselho, que fossem construindo o
970 termo e modificasse. Fariam uma consulta pública nas redes, trariam tudo e as cinco
971 pessoas sistematizariam juntamente com representantes do Ministério da Justiça e
972 Secretaria Geral e SDH. A Vice-Presidenta explicou que havia sido feito um termo de
973 cooperação, que tiveram que negociar o texto do termo de cooperação com cada um
974 dos vinte e sete jurídicos dos estados. Então, cada um mandou uma emenda. Tinha
975 o termo geral depois cada estado fazia um termo aditivo e nessa hora que o
976 Conselho deveria intervir, que tinha vários, como o recurso de PRONASCI,
977 envolvimento do MDS. O secretário Igo Martini ponderou que a secretária Nadine
978 Borges se comprometeu que o Conselho Nacional LGBT iria colaborar no aditivo do
979 termo de cooperação, que os 27 estados analisaram o termo de cooperação. Pediu
980 que a proposta do conselheiro Toni de compor, fosse acatada, já tinham uma
981 câmara técnica no Conselho que ficaria responsável por isso junto com o CONSEG,
982 o Conselho Nacional de Segurança Pública. O conselheiro Toni Reis sugeriu que
983 todas as pessoas que ganharam mais uma diária ficassem mais um dia, então
984 poderiam se reunir no dia posterior, às 13h30. Disse que primeiramente teriam que
985 registrar a fala da Vice-Presidenta Irina Bacci de que o método, o fluxograma e o
986 decreto do Conselho tinha que ser respeitado, tinha que passar por comissões, viria
987 para o pleno, que não havia sido respeitado e tinham que ter tempo hábil para
988 qualquer questão que saísse condizente a questão LBGT. Era importante frisar,
989 quais as pessoas que trabalhariam a convidada Fernanda Benvenutl e o
990 conselheiro Márcio Marins que eram do Conselho Nacional de Segurança Pública,
991 do presente conselho as pessoas que se propuseram a discutir o termo de
992 cooperação técnica sobre violência, a conselheira Marinalva, Piauí, Nordeste, da
993 Liga de Lésbicas Brasileira, a Vice-Presidenta Irina Bacci da Articulação Brasileira de
994 Lésbicas, os conselheiros Márcio Marins e Julian Rodrigues, que atualmente era o
995 primeiro suplente da ABGLT, que eles pudessem discutir e ninguém iria ficar fora da
996 discussão, que fariam a discussão no comitê e teriam que aprovar no pleno, nada

997 passaria sem todas as redes. Igo Martini Informou que o senhor Guilherme Alves iria
998 verificar a sala para onde iriam às 18h, pediria que as pessoas ficassem para o ato
999 de assinatura do documento, por este motivo o secretário não deu a reunião por
1000 encerrada.